

PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/SCT Nº 01/99

(Publicada no Diário Oficial de 24/02/1999)

Dispõe sobre a devolução do saldo remanescente em conta corrente após a execução de projeto cultural beneficiado pelo Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E O SECRETÁRIO DA CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições e na forma do Decreto nº 6.152, de 02 de janeiro de 1997, e;

Considerando a possibilidade de não utilização, em sua totalidade, dos recursos captados através do FAZCULTURA e havendo, desta forma, saldo credor em conta corrente após a execução do projeto cultura,

RESOLVEM:

Art. 1º O produtor beneficiado pelo Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA, ao apresentar prestação de contas final do projeto cultura de sua responsabilidade, deverá apurar a existência de saldo remanescente em conta corrente específica do projeto.

Art. 2º O saldo deverá ser devolvido de acordo com os percentuais de participação do Estado e do patrocinador, da seguinte forma:

§ 1º A parcela cabível ao patrocinador deverá ser depositada em conta corrente bancária do mesmo, sendo que o recibo de depósito bancário, em original, juntamente com o recibo assinado pelo patrocinador descrevendo a que se refere, deverão ser anexados à prestação de contas;

§ 2º A parcela cabível ao Estado deverá ser recolhida através de GER - Guia Especial de Recolhimento de acordo com a Portaria SEFAZ nº 79 de 04.02.97, obtida na Secretaria Executiva do FAZCULTURA, sendo que a 4ª via do GER deverá ser anexada à prestação de contas.

§ 3º Nos recolhimentos dos saldos de recursos pertencentes ao Estado, a GER deverá ser preenchida com o código de recolhimento 15.990 – Receitas Eventuais, e com o código de Unidade Gestora 3.98.000.002.

§ 4º A Comissão Gerenciadora do FAZCULTURA deverá solicitar ao DEPAT a liberação dos recursos recolhidos na forma do parágrafo anterior, tendo como destino a Secretaria da Cultura e Turismo, para que sejam reaplicados no Programa FAZCULTURA.

Art. 3º Se da análise da prestação de contas do projeto resultar impugnação de despesas, o valor correspondente à despesa glosada deverá ser restituída na forma do artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

SALVADOR, 23 de fevereiro de 1999.

ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS
Secretário da Fazenda

PAULO RENATO DANTAS GUADENZI
Secretário da Cultura e Turismo